

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Caso haja em sua prova itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Nos itens constituídos pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "Espaço livre" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto CB2A1AAA

1 A pergunta a respeito da exigibilidade ou não de  
 4 procedimento licitatório prévio para a contratação de serviços  
 7 profissionais de advocacia não comporta uma resposta  
 10 genérica, seja em sentido positivo, seja em sentido negativo.  
 Na verdade, o campo de atuação profissional do advogado é  
 bastante amplo e compreende tanto trabalhos usuais,  
 corriqueiros, de pequena complexidade técnica, quanto  
 situações de extrema dificuldade, verdadeiramente polêmicas  
 e de enorme repercussão prática, de ordem tanto econômica  
 quanto propriamente jurídica.

O estudo desse problema exige muita ponderação,  
 repudiando-se, de uma vez, soluções simplistas e extremadas.  
 13 Nem se pode dizer que toda contratação direta de advogado  
 pelo poder público é lícita, dado o caráter fundamentalmente  
 intelectual e pessoal do trabalho advocatício, nem se pode  
 16 afirmar que toda e qualquer contratação de advogado deve ser  
 precedida de licitação, em face do princípio da isonomia.

Existem, no entanto, assuntos de grande repercussão  
 19 política correspondentes a programas ou prioridades  
 determinadas exatamente pela estrutura política eleita  
 democraticamente pelo corpo social, e o tratamento de temas  
 22 dessa natureza requer a seleção de assistentes jurídicos  
 nomeados para cargos de provimento em comissão ou a  
 contratação temporária de profissionais alheios ao corpo  
 25 permanente de servidores.

Adilson Abreu Dallari. *Contratação de serviços de advocacia  
 pela administração pública*. Brasília, a. 35 n. 140 out./dez. 1998.  
 Internet: <www2.senado.leg.br> (com adaptações).

Com relação aos sentidos do texto CB2A1AAA, julgue os itens a seguir.

- 1 Depreende-se do texto que a contratação de serviços profissionais de advocacia por meio de procedimento licitatório requer a análise de profissionais da área.
- 2 No início do segundo parágrafo, o termo “problema” faz referência à “exigibilidade ou não de procedimento licitatório prévio para a contratação de serviços profissionais de advocacia” (l. 1 a 3).
- 3 O autor do texto defende que, em se tratando de assuntos de grande repercussão política, a opção pela realização de concursos para a contratação de assistentes jurídicos deve prevalecer sobre a contratação temporária desses profissionais.

Com relação aos aspectos linguísticos do texto CB2A1AAA, julgue os próximos itens.

- 4 A substituição da expressão “a respeito da” (l.1) por **a cerca da** manteria a correção e o sentido do texto.
- 5 A substituição das formas verbais “é” (l.14) e “deve” (l.16) por **seja e deva**, respectivamente, não alteraria a correção gramatical do texto.
- 6 No trecho “tanto trabalhos (...) prática” (l. 6 a 9), os termos “tanto” e “quanto” introduzem, respectivamente, aspectos distintos que envolvem “o campo de atuação profissional do advogado” (l.5).
- 7 A correção gramatical e os sentidos do texto seriam mantidos caso a expressão “em face do” (l.17) fosse substituída por **devido o**.
- 8 Na linha 4, o vocábulo “seja”, nas suas duas ocorrências, introduz uma condição.
- 9 Apesar de a palavra “eleita” (l.20) ser sinônima de **elegida**, a substituição daquela por esta comprometeria a correção gramatical do texto.
- 10 O texto é predominantemente argumentativo, uma vez que nele se defende determinado posicionamento com relação à avaliação acerca da exigibilidade ou não de procedimento licitatório prévio para a contratação de advogados.

**Texto CB2A2AAA**

1 O pensamento do filósofo grego Sócrates, no século V a. C., marcou uma reviravolta na história humana. Até então, a filosofia procurava explicar o mundo com base na observação das forças da natureza. A partir de Sócrates, o ser humano voltou-se para si mesmo.

7 A preocupação do filósofo era levar as pessoas, por meio do autoconhecimento, à sabedoria e à prática do bem. Para o filósofo grego, o papel do educador é, portanto, o de ajudar o discípulo a caminhar nesse sentido, despertando sua cooperação para que ele consiga, por si próprio, iluminar sua inteligência e sua consciência.

13 Assim, o verdadeiro mestre não é um provedor de conhecimentos, mas alguém que desperta os espíritos. Ele deve, segundo Sócrates, admitir a reciprocidade ao exercer sua função iluminadora, permitindo que os alunos contestem seus argumentos da mesma forma que ele contesta os argumentos dos alunos. Para esse pensador, só a troca de ideias dá liberdade ao pensamento e a sua expressão, condição imprescindível para o aperfeiçoamento do ser humano.

Sócrates. In: Coleção Grandes Pensadores. Revista Nova Escola. Ed. 179, jan.–fev./2005. Internet: <<https://novaescola.org.br>> (com adaptações).

A respeito das propriedades linguísticas do texto CB2A2AAA, julgue os itens subsequentes.

- 11 O vocábulo “portanto” (ℓ.8) denota que a oração na qual está inserido constitui uma conclusão, alcançada a partir das informações expostas no período anterior.
- 12 A supressão do trecho “o de” (ℓ.8) não comprometeria a correção gramatical nem alteraria os sentidos do texto.
- 13 Sem prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos do texto, a expressão “Até então” (ℓ.2) poderia ser substituída por **Até aquela época**.
- 14 Na linha 7, o emprego do sinal indicativo de crase em “à sabedoria” e em “à prática do bem” justifica-se por serem termos regidos pela forma verbal “levar” (ℓ.6) e por estarem precedidos por artigo definido feminino.
- 15 O pronome na forma verbal “voltou-se” (ℓ.5) denota reciprocidade, aspecto enfatizado pela expressão “para si mesmo” (ℓ.5).

Ainda com relação às propriedades linguísticas do texto CB2A2AAA, julgue os itens a seguir.

- 16 O trecho “para que ele consiga, por si próprio, iluminar sua inteligência e sua consciência” (ℓ. 10 e 11) expressa uma condição em relação à oração “despertando sua cooperação” (ℓ. 9 e 10).
- 17 Sem prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos do texto, o período “Assim, o verdadeiro mestre não é um provedor de conhecimentos, mas alguém que desperta os espíritos” (ℓ. 12 e 13) poderia ser assim reescrito: Desse modo, o educador de verdade é aquele que desperta o espírito mais do que provê o conhecimento.
- 18 Na linha 13, o termo oracional “alguém que desperta os espíritos” define o perfil do indivíduo que se distingue do verdadeiro mestre e do provedor de conhecimentos e, por isso, está introduzido pela conjunção “mas”, que expressa oposição.
- 19 Mantendo-se a correção gramatical e os sentidos do texto, o trecho “permitindo que os alunos contestem seus argumentos da mesma forma que contesta os argumentos dos alunos” (ℓ. 15 a 17) poderia ser assim reescrito: de modo a aceitar que os discípulos refutem os argumentos dele assim como ele refuta os argumentos dos discípulos.

- 20 Por ser um advérbio, o vocábulo “só” (ℓ.17) poderia ser deslocado para imediatamente antes da forma verbal “dá” (ℓ.17), sem alteração dos sentidos do texto.

Tendo como referência o Código de Conduta da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus, as regras para provimento e vacância de cargos públicos, direitos e vantagens bem como o regime disciplinar dos servidores públicos, julgue os itens a seguir.

- 21 Não há vedação para que servidor público que esteja em gozo de licença para tratar de interesse particular participe da gerência ou administração de sociedade privada.
- 22 Atualmente, os servidores que tomam posse em cargos da justiça federal de primeiro e de segundo graus devem firmar termo de compromisso declarando ciência e adesão ao Código de Conduta da Justiça Federal.
- 23 **Situação hipotética:** Severino, servidor público federal, sofreu acidente automobilístico que limitou a sua capacidade física, o que foi confirmado por inspeção médica oficial. **Assertiva:** Nessa situação, se Severino não for julgado incapaz para o serviço público, ele deverá ser readaptado, o que acarretará a vacância do cargo que ocupa.
- 24 Quando um servidor público federal é removido a pedido, com mudança de sede, independentemente do interesse da administração e por motivo de saúde própria, ele faz jus à ajuda de custo no valor de uma remuneração.
- 25 **Situação hipotética:** Em 2015, Mateus, servidor público, na presença de vários outros servidores, insubordinou-se gravemente em serviço. **Assertiva:** Nessa situação, Mateus poderá ser demitido do serviço público e a ação disciplinar relativa a esse fato prescreverá em 2020; no entanto, a instauração de processo disciplinar interromperá a prescrição daquela ação até a decisão final a ser proferida pela autoridade competente.

De acordo com disposições do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região, julgue os itens a seguir.

- 26 É atribuição indelegável do presidente desse Tribunal Regional Federal determinar o imediato cumprimento da decisão que julgar procedente a reclamação.
- 27 Em conflito de competência a ser processado e julgado no âmbito desse Tribunal Regional Federal, o relator poderá julgar de plano, desde que exista súmula do Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça sobre a questão suscitada; no entanto, se existir apenas súmula do próprio tribunal sobre o tema, o relator deverá submeter o caso à Corte Especial, à qual caberá a decisão.
- 28 Compete à Corte Especial do Tribunal processar e julgar conflitos de atribuições entre autoridade administrativa e autoridade judiciária no Tribunal.
- 29 Se uma turma desse Tribunal Regional Federal proferir decisão em processo de sua competência, o julgamento de eventual reclamação relativa a esse processo será de competência da seção que a referida turma compõe.

Ainda no que diz respeito ao Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, julgue os próximos itens.

- 30 Cabe à Comissão de Jurisprudência e Gestão de Precedentes sugerir medidas que facilitem a pesquisa de julgados e de temas submetidos a julgamento sobre incidentes de resolução de demandas repetitivas e de assunção de competência.
- 31 No âmbito do Tribunal, somente o relator, o juiz da causa e o Ministério Público poderão determinar que processos sejam submetidos aos núcleos de conciliação.
- 32 No embargo declaratório, é possível a sustentação oral pela parte que o opôs e, nesse caso, ela deverá apresentar requerimento ao relator até o dia anterior ao julgamento.
- 33 Para que a Corte Especial do Tribunal julgue matéria constitucional, o *quorum* mínimo é de dois terços de seus membros efetivos aptos a votar, não sendo considerados os cargos vagos, os casos de suspeição e impedimento e os cargos cujos titulares estejam afastados por tempo indeterminado.

Com relação a improbidade administrativa e a aspecto constante da Resolução CNJ n.º 230/2016, julgue os itens subsequentes.

- 34 Acompanhante de deficiente físico é a pessoa que desempenha a função de atendente pessoal desse deficiente.
- 35 Se servidor público, em conluio com representante de sociedade empresária, cometer ato de improbidade administrativa, ambos responderão pelo integral ressarcimento do dano causado, bem como estarão sujeitos, no que couber a cada um, às penalidades previstas na lei que trata da improbidade administrativa.

A respeito do direito das pessoas com deficiência, julgue os itens a seguir, considerando a legislação pertinente.

- 36 De acordo com a legislação, será considerada pessoa portadora de deficiência aquela cuja dificuldade de movimentar-se gere, permanentemente, redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora e da percepção.
- 37 De acordo com a Constituição Federal, o Estado deverá garantir a educação da pessoa com deficiência, preferencialmente, em rede especial de ensino, de acordo com as suas necessidades físicas e mentais.
- 38 Nos termos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, os Estados-partes se comprometem a adotar medidas para modificar costumes que constituírem discriminação contra pessoas com deficiência.
- 39 Sendo previsto tratamento especial nos casos de deficiência grave ou severa, constitui finalidade da política de emprego a incorporação da pessoa com deficiência ao sistema produtivo, mediante regime especial de trabalho protegido.
- 40 Os componentes de obra de urbanização, tais como os relativos aos serviços de comunicação, são definidos pela legislação como acessibilidade.

### Texto CB2A6AAA

Venho acompanhando pelo jornal um debate acalorado entre professores universitários a respeito de um tema da especialidade deles: sistemas de informação. O debate, que se iniciou com dois professores e acabou envolvendo outros mais, terminou sem que se chegasse a uma conclusão uniforme. Isso nos leva a concluir que o homem não é mesmo capaz de entrar em entendimento e que, por isso, o mundo está repleto de guerras.

José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli. *Para entender o texto: leitura e redação*. 17.ª ed. São Paulo: Ática, 2007, p. 211. (com adaptações).

Acerca do raciocínio analítico e da argumentação empregados no texto CB2A6AAA, julgue os itens subsecutivos.

- 41 Pode-se extrair do texto a seguinte proposição categórica afirmativa particular: “Alguns professores universitários participavam de um debate”.
- 42 A conclusão apresentada no texto contém noções semiformalizadas.

### Texto CB2A6BBB

A maior prova de honestidade que realmente posso dar neste momento é dizer que continuarei sendo o cidadão desonesto que sempre fui.

Considerando o texto CB2A6BBB, julgue os itens seguintes, concernentes à argumentação e aos tipos de argumentos.

- 43 Verifica-se a ocorrência de falácia no argumento da frase.
- 44 Pode-se inferir da frase que a maior parte dos cidadãos é corrupta e que, portanto, a sociedade é corrupta em sua totalidade.
- 45 A partir da frase apresentada, conclui-se que, não sendo possível provar que o que é enunciado é falso, então o enunciador é, de fato, honesto.

A partir da proposição P: “Quem pode mais, chora menos.”, que corresponde a um ditado popular, julgue os próximos itens.

- 46 A negação da proposição P pode ser expressa por “Quem pode menos, chora mais”.
- 47 Do ponto de vista da lógica sentencial, a proposição P é equivalente a “Se pode mais, o indivíduo chora menos”.
- 48 A tabela verdade da proposição P, construída a partir dos valores lógicos das proposições simples que a compõem, tem pelo menos 8 linhas.
- 49 A negação da proposição P pode ser expressa por “Quem não pode mais, não chora menos”.
- 50 Se a proposição P for verdadeira, então o conjunto formado por indivíduos que podem mais está contido no conjunto dos indivíduos que choram menos.